



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

ALTERAÇÃO DO PARECER TÉCNICO CPRN/DAIA/322/2005

Objetivando o atendimento ao disposto no Despacho CJ/SMA N° 439/200 de 17/07/2007, face os termos fixados na 26ª Ata da Câmara de Compensação Ambiental, realizada em 10 de maio de 2007, referente a compensação ambiental de acordo com o que determina o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000, decorrente do licenciamento ambiental objetivando a implantação de sistema de disposição final de resíduos sólidos, localizado no km 40,5 da rodovia Transbrasiliana - BR 153, no município de Onda Verde, objeto do Processo SMA 13.562/2004, sobre a alteração da destinação do valor da compensação ambiental da proposta inicial indicada no item 3.5 do Parecer Técnico CPRN/DAIA 322/2005, de 08/09/2005, que recebeu a manifestação favorável do Consema através da Deliberação nº 39, de 03/10/2005 e aprovada conforme item 9 da Licença Prévia nº 891, de 17/10/2005, ficam retificados os seguintes itens do supracitado parecer:

ITEM 3 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

3.5 Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental passa a contar com a seguinte redação:

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 9.985/2000 e em conformidade ao registrado na Ata da 26ª Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA, em sua reunião realizada em 10/05/2007, o empreendedor deverá aplicar o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo para a implantação total do empreendimento estimado em R\$42.419.000,00 (quarenta e dois milhões e quatrocentos e dezenove mil reais), correspondente à quantia de R\$212.095,00 (duzentos e doze reais e noventa e cinco centavos), registrado às fls. 1.178/1.179 do processo e conforme consta no item 1 da Ata 14ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental, realizada em 22/09/2007, na criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral na área do Barreiro Rico (Estação Ecológica Anhembi).

ITEM 7 CONCLUSÃO

9) Aplicar 0,5% do valor do investimento na criação da unidade de Conservação do Grupo Integral Barreiro Rico, nos termos da Lei Federal nº, 9.985/00. Apresentar comprovação de assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, bem como o depósito em conta vinculada, aberta junto a Nossa Caixa S.A., dos valores definidos por este instrumento. O procedimento para cumprimento desta exigência se efetivará junto ao DAIA;

Permanecem ratificadas as demais disposições do Parecer Técnico CPRN/DAIA/322/2005 e as Atas da 14ª e 26ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental passam a fazer parte integrante.

São Paulo, de de 2007.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ANA CRISTINA P COSTA
Coordenadora da CPRN